

TRABALHO NA ROÇA E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA FAMÍLIA RURAL

Ezequiel REDIN¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o trabalho na roça e a organização da produção da família rural na região central do estado do Rio Grande do Sul. Nesta região, sob os efeitos da agricultura moderna, verifica-se a dissonância entre o tradicional e o hodierno. De um lado a produtividade associada ao incremento tecnológico e, de outro, a tradição herdada, calcado nos saberes geracionais. Por isso, as atividades braçais remanescentes são àquelas que exigem maior qualidade embutida, como é o caso da produção de tabaco. O estudo possibilitou identificar a autodesvalorização do trabalho agrícola, situando-os em uma posição inferior em comparação ao estilo de vida urbana. O trabalho na roça é comumente associado a expressões que evocam à penosidade e atividade fatigante. A divisão social do trabalho entre homens e mulheres no rural repercute na simplificação entre o econômico e não econômico, complexificação falsificada quando a mulher esmera-se nas atividades rurais. Em geral, a gestão do trabalho na roça é complexa, evidenciando a indivisibilidade entre trabalho e lazer, pois no seio da família rural essas atividades se conectam e são interdependentes.

Palavras chave: Trabalho na roça. Agricultores familiares. Família rural.

¹ Mestre e Doutorando em Extensão Rural (PPGExR/UFSM). Editor do Periódico Extensão Rural (Santa Maria).

WORK IN CLEARING AND ORGANIZATION OF PRODUCTION OF RURAL FAMILY

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the work on the farm and production organization of rural families in the central region of Rio Grande do Sul in this region, under the effects of modern agriculture, it turns out the dissonance between traditional and today's. On one side the productivity associated with technological advances and on the other, the inherited tradition, based on generational knowledge. Therefore, the remaining menial activities are those that require higher quality built, as is the case of tobacco production. The study identified the self-deprecation of agricultural work, placing them in an inferior position compared to the style of urban living. Work on the farm is commonly associated with expressions that evoke the hardship and stressful activity. The social division of labor between men and women in rural reflected in simplifying between economic and non-economic, fake complexity when the woman excels is rural activities. In general, the management of work in the fields is complex, reflecting the indivisibility between work and leisure, within the rural family as they are connected and interdependent.

Keywords: Working in the field. Family farming. Rural families.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é um componente constituinte da sociedade camponesa e caracteriza-se por um valor simbólico de preciosa representação social, remetendo-se a identidade, a inserção, a honra e a integridade individual. O trabalho do colono enquanto virtude ética, conforme Renk (2000), remete ao ofício da terra e na terra como uma atividade nobre, pois escavar a terra, domá-la, tirar os frutos era um trabalho étnico, em oposição aos outros (RENK, 2000). Por meio dele, entende-se que existe o potencial de proporcionar avanço, progresso ou desenvolvimento de determinado território. O trabalho contém diversas simbologias, arraigado em fortes questões culturais, demográficas, econômicas, políticas, naturais ou tecnológicas.

A obra de Max Weber, publicada por volta de 1904/1905, intitulada “A ética protestante e o espírito do capitalismo” traz noções interessantes sobre o trabalho na sociedade capitalista. Segundo o estudo, o trabalho humano é percebido como forma honesta, pura, ética de um indivíduo crescer-se financeiramente, movendo dessa forma o sistema, através de suas capacidades pessoais ou de suas posses adquiridas. A tese central sustenta que os protestantes estimulam o capitalismo por intermédio do trabalho.

Nessa construção, enfoca-se no trabalho na roça como atividade laboral realizada por famílias que atribuem determinado esforço, ou seja, envolve a disposição física do indivíduo para realização de uma determinada tarefa. O trabalho no rural é uma das principais estratégias de reprodução social da família. Designando, muitas vezes, como pesado, penoso, difícil, sacrificante e desgastante, constitui o cerne de diferenciação interna das propriedades familiares. Tal condição onerosa do trabalho está, para Tedesco (2013, p. 14), ligada a tradição, sendo compreendida como: “a recriação de representações simbólicas e práticas sociais de um passado de trabalho penoso, de sacrifício proporcionam significados e valorizações à vida dos pequenos agricultores”.

No rural, intrinsicamente ligado a colonização alemã e italiana, na região central do Estado do Rio Grande do Sul, o mesmo assume característica similar, denominando de trabalho rural uma atividade que é desenvolvida por pessoas ou grupos familiares que envolvem intrinsecamente um esforço labutar, usando do físico para cumprir, exercer ou completar determinada atividade ou tarefa. Cabe ressaltar que, conforme Martins (2005), o trabalho rural

não é, somente, agrícola, ramifica-se e sofisticada num conjunto de atividades correlatas relativas à ampla modernização do processo de trabalho na agricultura.

Os elementos polifônicos no discurso sobre o trabalho rural como a autodesvalorização é processo constituinte de um denegrimiento histórico de imagem do homem rural e, por isso, ainda existe a ostentação da vida urbana como projeto ideal. Para José de Souza Martins (2005), a concepção de atraso daqueles que vivem no campo é um preconceito histórico que foi herdado do trabalho rural na escravidão. Segundo o sociólogo, o trabalho na roça, no tempo do cativo, foi largamente depreciado porque associado à pessoa do cativo. Por isso, o trabalho agrícola se tornou uma marca de inferioridade social e os educadores incorporaram esse estereótipo. No entanto, essa mentalidade está modificando em função da revalorização do campo e da natureza, como nos movimentos ecológicos, nos grupos que propugnam formas alternativas de vida rural e de trabalho agrícola (MARTINS, 2005).

A *roça*, termo que também incita valores pejorativos ao rural, porém, está aos poucos se reconstituindo através de um conjunto de ações comandadas pelas políticas e campanhas promovidas pelo Estado para a valorização da agricultura familiar. O termo *roça* é usado em diferentes pesquisas na área da antropologia e da sociologia e adquire interpretações regionais. O estudo de Fukui (1979) faz um comparativo, conectando reflexões sobre o parentesco e a família, entre os sítios tradicionais do bairro rural do interior de São Paulo, no município de Santa Brígida e no sertão da Bahia. Para a autora, “o trabalho de roça ocupa quase toda a população do bairro. A produção se orienta para o abastecimento destinado prioritariamente ao consumo das famílias roceiras” (FUKUI, 1979, p. 137). Nessa ótica, quando se menciona aqui a palavra *roça* ou *trabalho na roça* compreende um local ou espaço que se desenvolvem atividades agrícolas, principalmente, ligada ao rural.

O trabalho na roça é um tema contemporâneo, pois é uma forma de vida que tem proporcionado a reprodução social das famílias agricultoras, principalmente aquelas com pouca terra e escassos recursos de um modo geral. Um consenso é unânime nas pesquisas sobre a agricultura familiar no sul do país, àquelas famílias que já estão a mais de meia década na lavoura apontam à dificuldade do trabalho artesanal, a penosidade e extenuam fisicamente o cansaço das atividades contínuas, ininterruptas, repetitivas e fatigantes. Talvez, fenômenos ligados ao tempo em que as tecnologias agrícolas ainda não existiam ou eram inadequadas, ou em outra análise, pouco acessíveis financeiramente.

Ao privilegiar este recorte temático no rural, o objetivo central é analisar o trabalho na roça e a organização da produção da família rural na região central do estado do Rio Grande do Sul, tendo como principal foco de análise, as famílias rurais alemãs e italianas. Para isso, tomam-se por base as representações sobre a questão do trabalho rural, buscando um diálogo sobre a inserção produtiva das famílias agricultoras, conjugado com um referencial bibliográfico abordando as transformações no rural, o estudo sobre a família rural e suas relações com os fatores de produção (terra, trabalho, tecnologia e capital). Através de um estudo qualitativo e apoiado em experiências etnográficas na região, esse artigo integra e constitui-se a partir de investigações, desde 2008: a) pesquisa com quarenta e seis jovens rurais em 2008; b) pesquisa para dissertação de mestrado com quatorze entrevistas, com os agricultores familiares em 2010; c) pesquisa com quinze jovens rurais em 2012. Além disso, integrou a investigação, experiências como jovem rural, como consultor em projetos de desenvolvimento rural, bem como, observações e conversas não registradas e vivências diárias com a família que permanece na colônia.

O trabalho está estruturado em seções. O primeiro passo trata de uma breve menção sobre os clássicos dos estudos rurais e as metamorfoses na agricultura. Adiante, uma rápida revisão sobre os estudos de família rural no Brasil. Nesse momento, apresentam-se os principais analistas da década de 80 que iniciaram pesquisas, debates e reflexões sociológicas sobre o grupo familiar rural. Avança-se, analisando e interpretando a lógica da família com a organização da atividade produtiva, considerando os três *Ts* – trabalho, terra e tecnologia, acrescentando ao debate representações sobre a compreensão dos fatores de produção na atividade agrícola, indicando as dificuldades presentes no ato de lidar com a terra e permanecer no campo. Ao final, fazem-se apontamentos sobre o modo de vida dos colonos e sua racionalidade, enquanto agentes atuantes no rural.

2 AS METAMORFOSES E RECONFIGURAÇÕES NA ROÇA

As reconfigurações no rural são elementos chaves na discussão sobre a família rural na perspectiva dos autores clássicos do campesinato. Karl Kautsky (1972), por exemplo, quando publicou a obra “A Questão Agrária”, afirmava que o modo de produção capitalista não era a

única estratégia de produção existente na época. A divisão do trabalho e adoção de máquinas e equipamentos que aumentavam a produtividade (a industrialização do trabalho agrícola) proporcionou, na visão do pensador, uma redução da autonomia camponesa. A transformação da produção agrícola em mercadoria trouxe novas demandas e exigências às famílias agricultoras, o que implicou em escala, especialização e intensificação dos afazeres na roça, diante da integração com o capital.

As obras de Kautsky, Lênin e Chayanov trazem boas contribuições nas configurações do trabalho, terra e mudanças nos modos de produção. Lênin (1982) com sua hipótese da extinção do campesinato chamou a atenção para a subordinação da família a economia mercantil e a produção capitalista. A abordagem leninista no Brasil, nas palavras de Redin e Silveira (2011, p. 5), “sempre considerou relevante a escala de produção, por isso, a persistência da pequena produção na literatura dos anos 1970-1980 era vista como limitada pelo espaço-tempo e auto-restrita, ou seja, era efêmera, residual e fadada ao desaparecimento”. A família rural de pequena escala de produção era vista como marginal e com tendências a dissipação.

Nesse rol, Chayanov (1974) compreendendo a organização da atividade econômica da família camponesa, a definiu como exploração familiar aquela que não contrata força de trabalho exterior, que tem certa extensão de terra disponível, possui seus próprios meios de produção e, às vezes, obriga-se a empregar parte de sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas.

Chayanov (1974) adverte que o conceito de família particularmente na vida camponesa, poucas vezes, coincide com o conceito biológico que se encontra; e, em seu conteúdo intervém uma série de complicações econômicas e domésticas. A definição de família, particularmente, na vida camponesa, poucas vezes, coincide com o conceito biológico e, em seu conteúdo, intervém uma série de dimensões econômicas e domésticas. Para o economista e funcionário do Estado russo, a família camponesa está diante do equilíbrio da relação entre o trabalho, o consumo e a intensidade de trabalho, mesmo que esse equilíbrio o mantenha com um baixo nível de bem-estar. Entretanto, para o autor, a família rural demonstra certa versatilidade em momentos de carência, transmitindo um ritmo de atividades que se direciona ao limite (ou equilíbrio) natural, subjetivamente desvantajoso.

Uma das principais contribuições de Chayanov é sua justificativa de que a lógica capitalista é insuficiente para a definição da agricultura camponesa e que o aumento da necessidade de consumo é um entrave para o equilíbrio dessa economia. A tese sustenta que a racionalidade da família rural é

diferente da lógica de um empresário. Essa noção foi relevante nos estudos rurais e, explicou, em parte, a permanência de muitas famílias rurais em todo o mundo.

Inspirado nos estudos de Redfield, Mendras chama a atenção para três tipologias – selvagem, camponês e agricultor – definindo-os em relação aos graus de autonomia da coletividade local, autossustentabilidade, especialização das tarefas, atribuição das tarefas, interconhecimento, rejeição do grupo exterior e mediação com o exterior. Nessa categorização, considera o selvagem sendo mais autônomo, o camponês como um “meio-termo” e o agricultor um forte dependente da sociedade industrial. Nessa reflexão, permite-se uma digressão com base no sociólogo brasileiro José de Souza Martins, em que chama a atenção para a condição histórica de subalternidade, caracterizada pela expropriação econômica, a dominação político-cultural e a exclusão como agente social favorecendo sua postura passiva ao sistema econômico e as institucionalidades externas (MARTINS, 1989). No entanto, na obra de Mendras se percebe uma simplificação da noção de família ao grupo doméstico. Mendras não percebeu a existência de uma família nuclear e uma família ampliada, sendo o conceito de família mutável de cultura para cultura. Posição esta que ele mesmo admite anos posteriores, após relevantes estudos e contribuições dos cientistas sociais rurais.

O antropólogo Eric Wolf, influente nos estudos camponeses, guiado por uma lente marxista, analisa a sociedade camponesa por uma perspectiva histórica e cultural. Wolf (1976) constata que o problema da vida do camponês consiste em contrabalancear as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares. Portanto, existem duas estratégias diametralmente opostas – aumentar a produção ou diminuir o consumo. Caso o camponês escolher a primeira estratégia, deverá elevar o rendimento do trabalho às suas próprias custas, tendo em vista levantar a produção e o aumento da produtividade. Wolf designa que isso dependerá da capacidade de mobilizar os fatores de produção necessários (terra, trabalho e capital) e das condições gerais de mercado.

No campo brasileiro, os analistas trouxeram reflexões sobre as metamorfoses no rural como, por exemplo, Graziano da Silva (1982), Muller (1989), Abramovay (1992), Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) e diversos outros autores. O leque de pesquisadores que analisaram a relações da família para com o mercado e suas reconfigurações é grande e extensa.

Nesta ancoragem que guia o debate dos estudos rurais contemporâneos, a família rural imigrante encontrou um terreno fértil para a reprodução social baseada na coesão e na força de

trabalho do núcleo familiar, reordenando os fatores de produção disponíveis com vistas a perpetuação geracional. Nesse rol, adiante, debruçam-se sobre elementos que tratam da lógica interna das famílias rurais.

3 FAMÍLIA RURAL E TRABALHO

Ainda no período colonial, Gilberto Freyre mostra com a obra “Casa-Grande e Senzala” as relações da família patriarcal com os escravos no rural. Conforme Freyre (1995), a agricultura era conduzida primordialmente pela estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão e a miscigenação como molas propulsoras do desenvolvimento. Esta última mostrou-se necessária devido à carência de pessoas que povoavam Portugal (ainda não totalmente habitado), mas que teriam que ocupar o território brasileiro. Dessa forma, as relações dos portugueses com outras etnias foram essenciais, considerando o objetivo econômico e político da época, conjugado com sua essência de mobilidade. O estudo de Freyre, de certa forma, esmiúça questões emergentes da história brasileira como os costumes, as religiões, os mitos, os intercursos sociais e sexuais, sua forma de desenvolvimento, a prática da agricultura, a divisão do trabalho entre os escravos, entre outros.

As relações da família com a terra, o capital e trabalho rural estão mutuamente interligados e interdependentes, protagonistas na reprodução social de curto e longo prazo. Por volta da década de 1980, surgem pesquisadores no Brasil com foco especial para a família rural, discutindo suas relações internas (dentro da porteira) diante dos condicionantes externos que dinamizam o rural. Almeida (1986) faz uma sistematização sobre estes estudos pontuando as contribuições no tema em questão, como se pode visualizar no quadro adiante.

Outros estudos da época como a de Lia Fukui em 1979, “Sertão e Bairro Rural”, pauta-se numa descrição acurada dos casos analisados, identificando as atividades econômicas, a posse e as formas de exploração da terra, a vida quotidiana, a reprodução social das famílias rurais, as formas de trabalho (coletivo, individual e da criança) e as relações simbólicas, de compadrio e casamentos entre as pessoas da comunidade. Fukui detalhou as formas de vida na configuração familiar do sitiante paulista e baiano.

Foco dos estudos sobre família rural	Referências
Famílias camponesas como proprietários e arrendatários que usam prioritariamente a mão de obra familiar e pouco capital.	Santos (1978); Heredia (1979); Meyer (1979); Moura (1978); Neves (1981); Garcia Jr. (1983), Seyferth (1985); Woortmann (1984); Brandão (1982).
Trabalhadores rurais que residem em cidades, tendo ou não acesso a parcelas de terra.	Stolcke (1985); Sigaud (1981); Oliveira (1983).
A distribuição espacial das pesquisas.	<i>Nordeste</i> : Heredia (1979); Meyer (1979); Neves (1981); Garcia Jr. (1983); <i>Sertão do Sergipe, Bahia e Goiás</i> : Arames (1975), Woortmann (1984); Fukui (1981) e o Centro-Sul em Moura (1978); Fukui (1979); Santos (1978); Seyferth (1979).
Áreas de fronteira.	Velho (1976); Soares (1981).

Quadro 1. Estudos sobre família rural no Brasil e principais analistas até o final da década 80.

Fonte: ALMEIDA, 1989.

Clássico da sociologia, a obra “Parceiros do Rio Bonito”, Candido (1987) aborda um capítulo inteiro dedicado às relações de trabalho e comércio do caipira. A imersão do capital no campo, ou seja, os bens de consumo criam novas necessidades, intensificam os vínculos com a vida das cidades, extinguindo sua autonomia centrada na vida de bairro e na subsistência. Existe, portanto, uma incorporação de valores e racionalidades na esfera local.

O lugar do trabalho na propriedade é um dos tópicos abordados por Woortmann e Woortmann (1997, p. 27) no livro “O Trabalho da terra”. Em determinada passagem, os analistas sustentam que: “o sítio é o lugar do trabalho por excelência. Mas ele é igualmente o resultado do trabalho, pois é um espaço construído”. Em outras palavras, complementam que é uma junção de espaços articulados entre si, que podem organizar um sistema de entrada e saída de insumos e produtos.

Um dos componentes econômicos centrais da condição da familiar rural consolida-se em torno da terra, neste local ela produz e reproduz a condição biológica e suas trocas econômicas e simbólicas. No estudo dos colonos do vinho, efetivado no núcleo colonial camponês do município de Bento Gonçalves/RS, Santos (1978, p. 48) afirma esta assertiva: “a terra ainda é o

meio de produção fundamental para o camponês” e, contemporaneamente, continua como basilar força produtiva. Sobre as formas de alocação da mão de obra, o estudo de Tedesco (2000) na região do Vale do Taquari, revela que o ciclo trabalho agrícola e os meios colocados em prática associavam-se ao modo de vida do colono, o qual oscilava entre normatividade e adaptação e entre técnica e tradição. Uma combinação de experiências acumuladas com as mudanças e as variáveis da natureza.

A concepção de trabalho produtivo e trabalho doméstico guiam a compreensão das relações econômicas e não econômicas na propriedade da família rural². Segundo Paulilo (2004), o conceito de trabalho produtivo foi edificado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, em outras palavras, o capitalista. O trabalho doméstico se caracterizaria aquela atividade que a mulher realiza no lar, mas que não traz um retorno econômico à propriedade. A autora ainda coloca que é complexa a separação entre trabalho doméstico e trabalho produtivo nas propriedades rurais.

No estudo dos descendentes imigrantes italianos realizados por Zanini (2007), através de uma análise documental, aponta que o modo de vida e da forma de domesticar a paisagem está calcado no trabalho familiar, na autoridade paterna e na moral cristã. O trabalho era uma forma de concentrar riqueza e identificava os agricultores trabalhadores, caracterizados também como ambiciosos, coesos e que cultivam valores cristãos. Tais valores estão embutidos nas representações das famílias rurais imigrantes, indiferente da região colonizada por alemães e italianos no sul do país, como se constata no decorrer do quarto tópico.

² Na última década, tanto a categoria família rural quanto o trabalho rural ou trabalho na roça, ficaram a margem das pesquisas nas ciências sociais rurais, ganhando contornos para os grandes processos e estruturas que movem a agricultura familiar, mas com menor ênfase para as características culturais, étnicas e de organização social, apesar do esforço realizado pelos estudos da antropologia rural.

4 O TRABALHO NA ROÇA COMO ELE É – OS TRÊS TS: TRABALHO, TERRA E TECNOLOGIA

A relação histórico-cultural do colono alemão e italiano na subida da Serra (de Santa Cruz do Sul a Sobradinho) almejando novas terras trouxe à região Centro Serra (figura 1), algumas atividades já predominantes no centro do Estado, como a produção de suínos, tabaco e produtos de autoconsumo como o feijão, o milho, o trigo, a cevada, entre outros. No primeiro momento, o fumo e a banha (criação de suínos) eram considerados a principal moeda de troca para produtos como o café, açúcar e arroz que não são produzidos na região Centro Serra. O tabaco destacou-se entre os demais pela qualidade do produto, relegado as condições naturais propícias, enfatizando as terras férteis, nunca agricultáveis anteriormente, propagando um produto que ganhou competitividade, alcançando nível internacional. Na época, os colonos uniram-se através da formação de uma cooperativa na região, agrupamento intrínseco e estimulado principalmente pelos alemães e italianos³.

O trabalho é considerado cerne do desenvolvimento das regiões centrais do Rio Grande do Sul. O trabalho na roça, como chamam os agricultores, é associado sempre a expressões que evocam para a penosidade, como: “sofrido”, “judiado” “pesado” e “cansativo”. As atividades de capinar, lavrar (a boi), pulverizar com máquina costal, trabalhar no sol quente, arranque manual do feijão, corte do fumo, entre outras, exigem muito das famílias rurais, pois para que a cultura se desenvolva é necessário dedicação, monitoramento e muito esforço laboral, durante o desenvolvimento fisiológico até o final da safra.

O desânimo marcado na expressão dos colonos demonstra uma condição de incapacidade ou frustração de controlar o ambiente/natureza para que o trabalho braçal não seja em vão. Em poucos minutos, o resultado do esforço anual pode ser destruído por intempéries climáticas prejudicando a produção total ou parcialmente; obtendo um produto final não compatível à expectativa, reduzindo o ingresso de renda. Muitas vezes, esse sentimento de impotência provoca nas famílias agricultoras um abatimento geral, podendo figurar em um dos principais fatores para a desistência parcial ou total da reprodução social no rural. Grosso modo, famílias recém-constituídas têm maior tendência a abandonar o campo. Em certos momentos, na

³ Para um recorte histórico da Região Centro Serra, em especial de Arroio do Tigre, sugere-se a leitura de Redin (2011).

presença de agentes externos, é perceptível autodesvalorização do trabalho agrícola, situando-os em uma posição inferior em comparação ao estilo de vida do urbano. Esse pensamento instituído provoca uma disfunção de valores relacionados à visão de mundo dos agricultores, situando-se numa posição abaixo em relação à sociedade urbana.

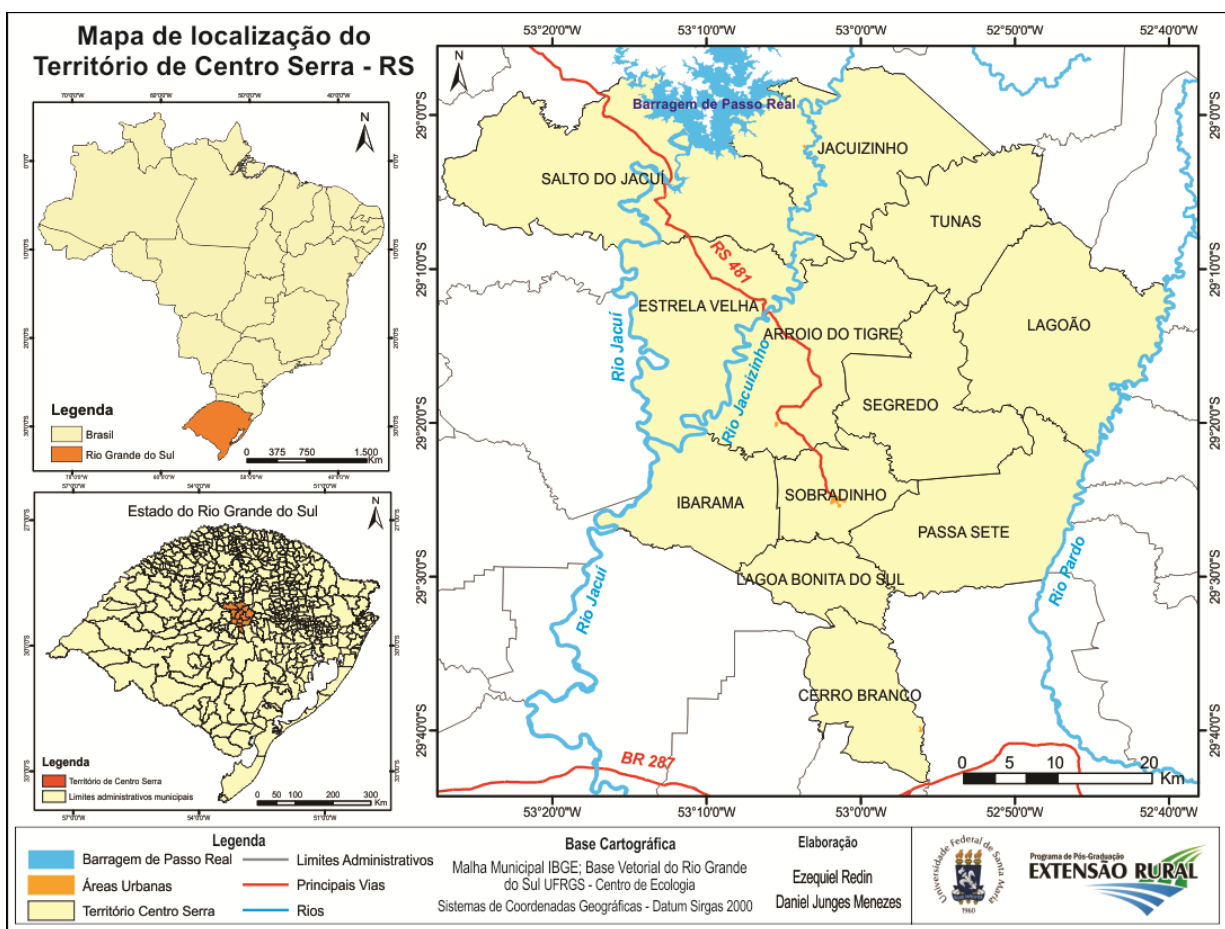


Figura 1: Mapa de localização do território Centro Serra – Rio Grande do Sul

Fonte: Redin e Menezes (2013)

Mesmo que exista uma maior liberdade na organização do horário de trabalho para executar as atividades no meio rural, no momento da colheita, o agricultor é regrado conforme as condições naturais e o tempo fisiológico da cultura. Além disso, a dupla jornada de trabalho da mulher quando envolve as atividades domésticas (casa) e da lavoura, fundamental para a família, no entanto, é mais uma atividade fatigante. Geralmente, um dos principais produtos da economia regional é a cultura do tabaco. Esta atividade demanda uma intensa mão de obra no momento da colheita que, por exemplo, na Região Centro Serra é realizada no final de dezembro e início de

Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

Maringá, v. 5, n. 2, p. 166-186, 2013

janeiro. Para que a qualidade do produto seja mantida, agricultores intensificam o trabalho, usando horários noturnos, feriados e finais de semana. O esforço só é reduzido no momento em que a colheita é impedida, por exemplo, em momentos de precipitação local.

A Região Centro Serra do Estado do Rio Grande do Sul, em boa parte, possui áreas declivosas, com dificuldades ou impossibilidade de ingresso de máquinas agrícolas. Essa configuração espacial evoca para uma intensificação do trabalho braçal, produzindo em menor expressão, mas, talvez, com maior qualidade e grau mais acentuado de especialização.

A agricultura familiar, tendo como núcleo central a família rural, aloca diferentes fatores de produção com objetivo final de obter um produto que traga retorno econômico a propriedade, facilitando o acesso a bens e serviços para a unidade de produção. Considera-se que, nesse caso, todos os fatores são limitados tendo na figura dos colonos a habilidade de organizá-los da melhor forma possível, aumentando as receitas da propriedade.

O trabalho é um dos elementos mais variáveis e inconstantes, sendo a terra e a tecnologia bens mais estáveis. O capital gerado varia eminentemente de acordo com o ano agrícola e as estratégias adotadas pela família rural. Grosso modo, a figura 2 representa unidades de produção dos colonos orientadas para o mercado.

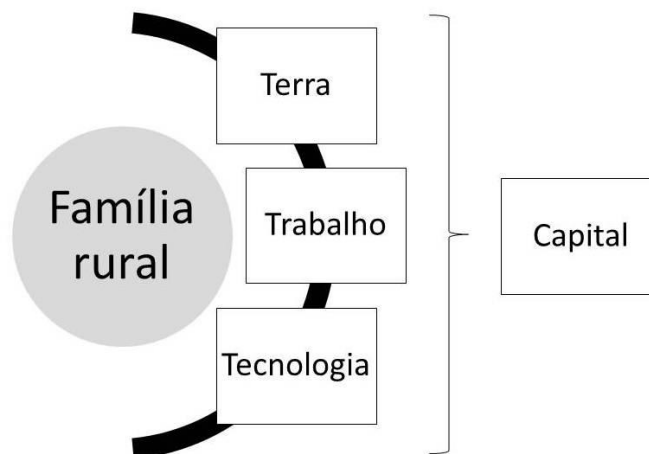


Figura 2: Representação da família rural e a alocação dos três Ts (trabalho, terra e tecnologia) em prol da agregação de renda na propriedade rural.

Fonte: autor, 2013.

As famílias rurais procuram estratégias que diminuem a labuta na roça, comportamento, um tanto condicionado pelas diversas atividades mantidas, que, igualmente, demandam muitos braços.

Talvez, por esse motivo que os agrotóxicos foram bem aceitos, pois proporcionam maior produtividade do trabalho, menor mão de obra (geralmente uma pessoa faz o trabalho de várias em apenas um dia ou horas), bem como, uma diminuição do esforço físico quando aplicado com pulverizador usando o auxílio de tração animal ou do trator. Mesmo se for o pulverizador costal, é um recurso que reduz o esforço laboral podendo destinar atenção a outras atividades. O ato de capinar, o uso da enxada, aos poucos está cada vez mais em desuso no rural. Redin (2011a) pondera que, quem sabe, o grau de penosidade da capina é trocado por alguns minutos de aplicação de agrotóxicos. Se por um lado, a família é beneficiada pela redução do trabalho, por outro a qualidade de vida é afetada pela contaminação provocada pelos agrotóxicos (REDIN, 2011a). Por outro lado, é claro que as famílias têm consciência dos problemas ambientais e para a saúde, mas a facilidade que este proporcionou no trabalho da roça, sobressai-se nessa comparação⁴.

Em certa medida, evidencia-se uma divisão social do trabalho entre os homens e mulheres. Tarefas mais pesadas acabam sendo realizadas pelos homens (capinar, lavrar a boi, pulverizar com máquina costal, arranque manual do feijão, corte do fumo, carregar produtos, ou seja, todas as atividades que necessitam de força) e as mulheres focam-se em atividades leves (trabalhos domésticos, afazeres da horta, ordenar as vacas e trabalhos que exigem menor esforço). Esse processo histórico trata de menosprezar o trabalho do sexo feminino como atividades sem fins econômicos, portanto, pouco importantes aos olhos dos homens (mas essenciais para a reprodução social da família). Focando para a atividade fumicultora, inúmeras mulheres já se inserem nas tarefas, devido à necessidade expressiva da colheita em tempo determinado. Existe, em alguns casos, uma atuação feminina muito similar ou superior ao do homem.

Discute-se aí o sobretrabalho da mulher quando cessa as atividades na lavoura e ainda cabe a ela realizar o almoço da família e todos os afazeres do lar que em muitos casos, o marido não auxilia. Esse processo é amenizado para a mulher, quando no espaço familiar existe uma filha moça, pois pode dividir o serviço. Por outro lado, o homem deseja um filho do sexo masculino para auxiliar nas ocupações agrícolas. A atividade fumicultora, devido à necessidade de mão de obra, faz com que as mulheres participem ativamente da produção. Arriscaria dizer, em certa medida, que a mulher ganhou espaço na atividade, mas ainda comporta tarefas

⁴ Essa discussão é muito mais complexa, para tanto a intenção é apenas contextualizar o fator mão de obra na família rural e não trabalhar a questão da qualidade de vida no meio rural, que por si só, já fornece um vasto campo de estudo.

domésticas e afazeres próximos a sede da propriedade. Essas regras estabelecidas, passadas de geração em geração, instituem e legitimam as diferenças de gênero.

Os colonos organizam seu trabalho de acordo com o horário solar, pois tendem a evitar as horas de calor intenso durante o desenvolvimento de suas atividades, exceto quando a produção apresenta indícios de prejuízos. O sol é um dos principais orientadores das decisões dos agricultores no desenvolvimento do ciclo produtivo das plantas, seja no ato de plantar, semear, adubar, na aplicação de tratamento, quanto no ato da colheita e, posterior, armazenamento. A mecanização agrícola, quando aplicável, recodifica alguns afazeres, no entanto, outros ainda permanecem, pois dependem exclusivamente da relação planta/natureza.

A gestão do trabalho na roça é complexa. A vida rural é uma miscigenação de trabalho com lazer, convivência, destreza, relacionamentos (marido/mulher ou pais/filhos, em geral) que se conectam e são interdependentes. O chefe da família⁵ precisa ter dons e habilidades para motivar o grupo a trabalhar pelo coletivo, faz acordos, aceita contrapropostas, faz mediações, gesta conflitos, em outras palavras, não existe um desligamento entre trabalho e vida particular, ambas se confundem. Às vezes, é democrático, em outras, autoritário, ou seja, um permanente mediador. Nem sempre a relação é duradoura, conflitos entre pais e filhos geralmente é um dos principais motivadores para saída dos jovens. As divergências abarcam desde diferentes concepções de gestão da unidade de produção, as desavenças de propósitos ou mesmo pela fase conturbada dos jovens como, por exemplo, na fase da adolescência. Isso acaba desgastando a relação entre pais e filhos, sendo um potencial para a busca dos segundos por um trabalho ou estudo saindo da propriedade rural de forma provisória ou, talvez, permanente.

O trabalho na roça é comumente associado a expressões que evocam à penosidade e atividade fatigante. Esse fato, em certa medida, também influencia jovens a migrarem do rural, buscando por meio do estudo ou do emprego no urbano, estratégias para atenuar a labuta. Em geral, alguns têm êxito e continuam, outros retornam ao rural. Há ainda os que permanecem no campo, seja optando pelo modo de vida rural, ou pela falta de oportunidades fora da propriedade.

Na agricultura familiar, dificilmente a mão de obra dos familiares recebe uma remuneração pelo trabalho, sendo esse capital alocado como um possível “lucro” da produção

⁵ O chefe da família geralmente é o marido (pai) representado na figura masculina. No entanto, às vezes, a mulher assume este papel por situações diversas. Em outros momentos, existe uma divisão de responsabilidades onde ambos assumem a posição.

anual e servirá para incrementar a propriedade, quitar serviços (luz, água, etc), lazer e, alguns casos, se ainda sobrar para custear a nova safra. Grosso modo, se a maioria for remunerar o trabalho da família na atividade, certamente, expressivas propriedades estariam abaixo do nível de reprodução simples⁶. Esse atrelamento financeiro ligado as atividades da propriedade e a falta de autonomia em relação ao chefe da família é outro elemento que faz, em certa medida, o jovem decidir sair do rural, pois não recebe remuneração do seu trabalho. Às vezes, esse processo se fortalece pelas inúmeras dificuldades aparentes na colônia.

A mão de obra na família rural vincula-se diretamente a demanda da atividade agrícola. Por isso, os colonos calculam aproximadamente, de acordo com sua experiência, a necessidade de trabalho, tendo a opção de fracionar o plantio em distintas escalas com o objetivo de evitar o acúmulo da demanda da força de trabalho no momento da colheita. Segundo Redin (2011a) caso a atividade necessitar uma intensificação da mão de obra no momento da colheita, devido a um frágil planejamento (ou falta dele) ou por força das intempéries climáticas, o grau de risco na atividade aumenta podendo ter prejuízos no resultado final, caso inexistir recursos financeiros disponíveis (ou não querer suprimi-los) para contratar pessoas no auxílio da colheita ou pela impossibilidade de “troca de serviço” com outras famílias agricultoras.

A troca de serviço é vista com resistência por muitos agricultores, por ficar devendo “favores” a outras famílias ou pela possibilidade de emergir conflitos. A maioria das famílias rurais evita a contratação de trabalhadores diaristas devido o alto valor cobrado que pode significar alta parcela nos custos de produção. Muitas vezes, se o trabalho for intenso e verificado que não se conseguirá vencê-lo, buscam-se primeiro as pessoas conhecidas (parentes, amigos, vizinhos), em último caso, contratam trabalhadores urbanos para acelerar o processo de colheita. Geralmente, essa reflexão cabe a atividades do feijão e tabaco que demandam intensa mão de obra e, por vezes, competem entre si no período da colheita.

A mão de obra, a facilidade proporcionada pela tecnologia, o baixo custo do agrotóxico em comparação a penosidade do trabalho e a quantidade de horas/dias em prol da lavoura, são alguns dos fatores que fazem o colono optar, mesmo em pequenas áreas, pelo cultivo de commodities. É uma estratégia de alocação de recursos e esforço da família rural para atividades que necessitam de mais

⁶ O nível de reprodução simples é, para Rodrigues et al., (2003, p. 114), “**a renda mínima necessária para a reprodução do agricultor e sua família, no tempo**. Essa renda deve permitir um nível mínimo de alimentação, de habitação, saúde e educação” **[grifo do autor]**.

mão de obra artesanal. Assim, as roças ficam completas, aumentando o leque de produtos e reduzindo-se o risco em uma única atividade, excetuando imprevistos durante o ano agrícola.

O colono orienta sua roça buscando um equilíbrio entre os custos de produção e a renda bruta, pois como escreve Redin (2011b), ele tenta assegurar uma renda que compense seu esforço e trabalho durante o ano agrícola, através de um comportamento agrônômico, às vezes, orientado sob a jusante da agricultura industrial, em outras, com característica muito particular apropriado de saberes tradicionais ainda vigentes. De fato, nem sempre se comporta receptivo as novas tecnologias ou a novas estratégias produtivas pela sua cautela perante uma atividade desconhecida. As atividades são avaliadas a partir do curso que o produto toma no mercado, sendo aqueles menos expressivos, voltados para o autoconsumo.

Os três *Ts* – trabalho, terra e tecnologia –, representam a essência da família na atividade rural tendo na forma de agregação de renda uma das estratégias de reprodução social do colono no Rio Grande do Sul. São elementos indissociáveis na vida cotidiana e representa um processo social envolvendo fatores internos e externos a unidade de produção. Ademais, o estudo sobre o trabalho na roça do colono na região central do Rio Grande do Sul é preliminar. Ainda é necessário investigar a fundo a história do colono fazendo analogias com o comportamento, as transformações e suas reconfigurações ao longo do tempo para uma análise mais robusta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de trabalho possui díspares interpretações e varia de acordo com a etnia e o modo de vida historicamente constituídos. O trabalho na roça é uma tarefa árdua, penosa e desgastante devido à exposição solar e o emprego da força física. Do mesmo modo que o trabalho é compreendido como dignificante, é por meio dele que o sistema agroindustrial se ordena e reordena. A ordem cristã e a ordem do capital fortaleceram e legitimaram o produto trabalho como noção hegemônica do progresso. Disto resulta a produtividade, efeito entre o tempo agrícola e a tecnologia empregada, que impôs a família rural uma readaptação entre o tradicional e o moderno. A terra como um espaço de trabalho por excelência também é um local para construção da paisagem e de significação do modo de vida, condição para a reprodução da família.

A incorporação tecnológica e a modernização das propriedades rurais estabeleceram conflitos entre as experiências sociais angariadas com a natureza e as novidades tecnológicas. As famílias rurais que não adotaram a tecnologia, ou apenas em parte, ficam a margem da volatilidade agroindustrial, do giro econômico e sustentam-se na resistência e na combinação entre o tradicional e uma dose de novidades, a passos lentos, e principalmente ancorados na produção do tabaco, estratégia de alto giro econômico em pouca terra. Outrora, a incorporação de novas formas de produção não é, por sua vez, totalizante e também não implica em condicionar por completo seu *modus operandi* cultural.

De fato, os colonos perderam significativa autonomia com o avanço do sistema agroindustrial no campo, mas, por outro lado, ganharam benefícios que trouxeram comodidades aos afazeres rurais e a possibilidade de incorporar um estilo de vida mais similar ao urbano. As famílias rurais anseiam, desejam e se movem em necessidades criadas, querem usufruir de bens de serviços e consumo que são mais comuns e presentes na cidade. Essa incorporação não deve ser vista como hostil ao seu modo de vida, pois equivale a eles, estar em consonância com os padrões da sociedade contemporânea, em outras palavras, isto possibilita graus de satisfação, orgulho e motivação de que seu trabalho na roça pode lhe proporcionar acesso a produtos e serviços de modo similar aos trabalhadores na cidade; mesmo considerando todas as dificuldades inerentes a *lida* no rural.

De outro modo, as reconfigurações dos colonos ao estilo de produção contemporânea não chegam a excluir hábitos, saberes geracionais e modos de vida relacionados ao rural. Aos poucos, acontecem mudanças que readaptam as forças produtivas e as relações sociais de produção, podendo ou não acarretar leves alterações em algumas décadas. Às vezes, as próprias mudanças tecnológicas chegam atrasadas às famílias rurais pela inexistência de capital, desconhecimento da tecnologia ou inconformidade com as condições naturais do local. A cultura do colono imigrante italiano ou alemão perdura e ainda está arraigada através da linguagem e dos costumes e reflete na sua racionalidade produtiva e na organização e gestão da propriedade. A expansão do sistema agroindustrial foi ajustada a sua *lida* cotidiana e, aos poucos, constitui-se mais um fenômeno social incrementado na atualidade rural.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, 1992.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, 1986. p. 66-93.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CHAYANOV, A. **La Organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. 35° Ed. Rio de Janeiro, 1995.

FUKUI, L. F. G. **Sertão e bairro rural**: parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo: Ática, 1979.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, J. S. **A caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, J. S. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. **Revista USP**. São Paulo, n.64, p. 28-49, dez/fev, 2004-2005.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MULLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização Agrária**. São Paulo: HucitecEduc, 1989.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n.1: p.229-252, jan/abr, 2004.

REDIN, E. Caracterização, estratégias e percepções na agricultura familiar de Arroio do Tigre/RS. **Revista da 9ª Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa**. Bagé: URCAMP, v. 9, 2011b, p.1-16.

REDIN, E. Dentro e fora da porteira – os elementos condicionantes na estratégia de reprodução dos agricultores familiares fumageiros. **Extensão Rural**. Santa Maria: DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVIII, nº 22, p. 67-102, Jul – Dez de 2011a. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural/article/view/5649>.

REDIN, E. Potencialidades agrícolas: Arroio do Tigre em cena. **Geografia. Ensino & Pesquisa** (UFSM). Santa Maria, v. 15, p. 227-24, 2011. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/view/7357>

REDIN, E.; MENEZES, D. J. **Mapa de localização do território Centro Serra – Rio Grande do Sul**. Santa Maria: PPGExR/UFSM, 2013. 11x15 cm.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. A condição camponesa revisitada: transformações e permanências. **Revista Isegoria**: Minas Gerais, UFV, v. 01, n. 01, mar/ago 2011, p. 01-28. Disponível em: http://www.isegoria.ufv.br/Redin%20e%20Silveira_A%20condio%20camponesa%20revisitada.pdf.

RENK A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó, SC: Grifos; 2000.

RODRIGUES, A. et al. É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade** - Vol. nº 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI – nº1 - jan./jul. 2003. p.109-127.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEDESCO, J. C. **Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do alto Taquari no início do século XX**. Porto Alegre: EST, 2000.

TEDESCO, J. C. O futuro do passado: patrimônio cultural, etnicidade e vida rural no nordeste do RS. **Revista Memória em Rede**, v. 3, p. 42-67, 2013.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. “Die Protestantische Ethik Und Der Geits des Kapitalismus”. In: ArchivfürSozialwissenschaft und Sozialpolitik. – Tubinger, 1904/5. Vols.: XX e XXI.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. UnB, 1997.

ZANINI, M. C. C. Fé, trabalho e família: a construção das memórias entre descendentes de imigrantes italianos. **Revista USP**. São Paulo, v. 72, p. 161-170, 2007.